

**AJUDA MEMÓRIA DA REUNIÃO**

**REUNIÃO DIRETORIA COLEGIADA (DIREC) - CBHSF**

**Data:** 12 e 13 de março de 2024

**Local:** hotel Saint Paul – Brasília/DF

**Horário:** 19h00 às 18h00.

**Quadro de resumo dos encaminhamentos anexo à Ajuda Memória**

**Participantes reunião conjunta GAGC – 12/03 parte da manhã:**

NOME		INSTITUIÇÃO
1.	José Maciel Nunes de Oliveira	Presidente CBHSF (Colônia de Pescadores Z-12)
2.	Marcus Vinícius Polignano	Vice-Presidente CBHSF (Instituto Guaicuy)
3.	Almacks Luiz Carneiro da Silva	Secretário CBHSF (Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Diamantina)
4.	Cláudio Ademar da Silva	Coordenador CCR Submédio SF (Psicultura Itaparica LTDA)
5.	Ednaldo de Castro Campos	Coordenador CCR Médio SF (Associação dos Fruticultores da Adutora da Fonte – AFAF)
6.	Anivaldo de Miranda Pinto	Coordenador CCR Baixo SF (Instituto de Estudos Culturais, Políticos e Sociais do Homem Contemporâneo)
7.	Altino Rodrigues Neto	Coordenador CCR Baixo SF (Associação Desenvolvimento Artes e Ofícios)
8.	João Carlos de Melo (GACG – Conjunta dia 12/03 manhã)	GACG - Indicação CCR Alto SF
9.	Cláudio Pereira (GACG – Conjunta dia 12/03 manhã)	GACG - Indicação CCR Médio SF
10.	Elias da Silva (GACG – Conjunta dia 12/03 manhã)	GACG - Indicação CCR Submédio SF
11.	Elisio M. dos Santos Neto (GACG – Conjunta dia 12/03 manhã)	GACG - Indicação CCR Baixo SF
12.	Larissa Cayres de Souza (GACG – Conjunta dia 12/03 manhã)	GACG - Indicação DIREX
<b>AGÊNCIA PEIXE VIVO</b>		
13.	Rúbia Mansur	Gerente de Integração
14.	Thiago Campos	Gerente de Projetos
15.	Manoel Vieira Jr.	Coordenador Técnico

16.	Elba Alves	Diretora Geral
17.	Alisson Leite	Coordenador Técnico
18.	Guilherme Guerra	Coordenador Técnico
19.	Maurício Oliveira (GACG – Conjunta dia 12/03 manhã)	Analista
<b>OUTROS PARTICIPANTES</b>		
20.	Humberto Gonçalves (DIREC dia 13/03 manhã)	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA
21.	Thiago Gil Barros (DIREC dia 13/03 manhã)	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA
22.	Henrique P. Veiga (DIREC dia 13/03 manhã)	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA
23.	Grace Benfica Matos (DIREC dia 13/03 manhã)	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA
24.	Gaetan Serge Jean Dubois (DIREC dia 13/03 manhã)	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA
25.	Nazereno Araujo (DIREC dia 13/03 manhã)	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA
26.	Flávia Simões	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA

**Reunião conjunta com o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão – GACG  
(DIA 12/03 PARTE DA MANHÃ)**

**1. Abertura e verificação de quórum.**

Após a verificação do quórum, o Sr. Maciel Oliveira abriu a reunião falando da importância do encontro para saber o que vem sendo feito e o que precisa melhorar. Em seguida, ele agradeceu aos presentes e declarou aberta a reunião. A Sra. Rubia Mansur disse que essa reunião conjunta é importante por unir o olhar de quem acompanha o contrato de gestão com o de quem faz parte da diretoria do CBH e explicou como será a dinâmica da reunião. O Sr. Cláudio Pereira falou sobre que o monitoramento feito pelo GACG deve ser feito não apenas observando aspectos técnicos e jurídicos, mas também as necessidades do CBHSF, da APV e da ANA.

**2. Apresentação da execução das metas do exercício de 2023 do CG.**

A Sra. Rubia Mansur apresentou brevemente o Relatório de Gestão e Avaliação de desempenho do Contrato de Gestão Nº 028/ANA/2020 referente ao ano de 2023, explicando os 7 indicadores e o que cada um avalia, ressaltando que a ideia é fazer um relatório sucinto, com links de acesso para as informações apresentadas. Indicador 1 - Nível de Organização do Planejamento Anual de Atividades - PAA do CBH e de suas instâncias pela entidade delegatária: em relação a esse indicador, ela ressaltou a necessidade de se atender 100% e que isso é muito complicado, pois a dinâmica do CBHSF exige muitas vezes atividades extraordinárias. Entretanto, para tentar sanar essa questão, a ANA concedeu uma margem de erro de 10 pontos percentuais para mais ou para menos. Indicador 2 - Nível de atendimento pela Entidade Delegatária aos encaminhamentos solicitados pelo CBH: em relação a esse indicador, o Sr. Ednaldo Campos pediu para que sejam explicados os encaminhamentos que ainda não foram atendidos. A Sra. Rubia Mansur abriu a planilha dos encaminhamentos e explicou um a um, ressaltando que alguns possuem prazo para atendimento de um ano e outros já foram

37 atendidos no início de 2024. Indicador 3 - Índice de execução física de ação(ões) priorizada(s)  
38 pelo CBH: em relação a esse indicador, o Sr. Thiago Campos relatou as dificuldades  
39 encontradas principalmente no que diz respeito ao saneamento rural, que acabou gerando  
40 atrasos e dificultando um pouco o alcance da meta. O Sr. Elias Silva comentou as dificuldades  
41 semelhantes enfrentadas no estado de Pernambuco. O Sr. Marcus Polignano sugeriu a  
42 elaboração de uma nota da DIREC orientando as Câmaras Técnicas em relação aos seus  
43 regimentos, encaminhamentos e fluxos. A Sra. Larissa Cayres falou sobre a importância da  
44 realização de reuniões, pelo menos anuais, para um acompanhamento mais efetivo dos  
45 objetivos e metas do contrato de gestão. O Sr. João Carlos achou que a análise deve ser  
46 realizada de uma forma mais ampla, inclusive com a presença da ANA. Disse, ainda, ser  
47 importante constar no relatório o nome dos componentes do GACG. O Sr. Ednaldo Campos  
48 falou sobre o cuidado da indicação das CCRs para o membro que irá compor o GACG. Ele disse  
49 que é muito importante a participação da DIREC nas reuniões do grupo. Citou o antigo  
50 membro do CBHSF Luiz Dourando (*in memoriam*) e suas falas em que o CBHSF é interveniente  
51 e não apenas anuente. A Sra. Rúbia Mansur corroborou com as palavras da Sra. Larissa e disse  
52 que para a APV isso é muito bom. Disse que seria importante trazer a luz das discussões sobre  
53 as questões relacionadas a governança da APV e das recomendações da Auditoria da ANA. Ela  
54 falou sobre um questionamento da ANA acerca da efetividade das ações do CBHSF e do  
55 retorno dessas ações para a bacia do SF. O Sr. Maciel Oliveira ressaltou que o CBHSF não tem o  
56 poder para salvar toda a bacia, lembrou quando os projetos hidroambientais do CBHSF  
57 começaram a ser elaborados e executados e mostrou como isso influenciou na evolução das  
58 ações do CBHSF. Ele diz que é necessário ter um momento com a ANA, ressaltou que o GACG  
59 se atém a números e que a maioria dos projetos do CBHSF são focados nos afluentes. O Sr.  
60 Altino Rodrigues disse que quando um encaminhamento é atendido, a APV também possui  
61 crédito por isso e ressaltou que um CBH é formado não apenas por números, mas também por  
62 pessoas. O Sr. Elias Silva elogiou o relatório, dizendo que ele evidencia a eficiência da APV e o  
63 que se busca com o atendimento dos indicadores e que as recomendações feitas pela  
64 auditoria foram totalmente atendidas, mas pede que os dados referentes às CCRs sejam mais  
65 claros para que os membros possam compreender melhor o que diz respeito às regionais. O Sr.  
66 Anivaldo Miranda falou dos interesses que buscam liquidar a Lei 9.433 e substituí-la por uma  
67 proposta nociva aos recursos hídricos, relatou que muitas vezes a ANA acaba invadindo as  
68 competências que deveriam ser do Comitê e questionou a necessidade contratual da APV ter  
69 que acatar 100% das recomendações da auditoria – uma vez que são apenas recomendações.  
70 Ele também recebeu com satisfação a notícia dada pelo Sr. Maciel Oliveira de que os encontros  
71 entre ANA, CBH e Entidade Delegatária voltarão a acontecer, destacando a importância dessas  
72 iniciativas. Ele sugeriu a realização de reunião do CBHSF com a ANA para possibilitar o repasse  
73 das demandas do Comitê. O Sr. Thiago Campos falou que existe um GT que acompanha os  
74 projetos de saneamento e falou da importância dos grupos de acompanhamento de projetos  
75 das CCRs, pois estes conseguem acompanhar de perto e observar questões específicas de cada  
76 projeto apresentando um feedback de qualidade. O Sr. Cláudio Pereira falou que a ANA é uma  
77 agência controladora e que muitas vezes acaba priorizando o atendimento do que está  
78 estabelecido em contrato em detrimento das demandas do CBH, no que ele chama de  
79 “esquizofrenia”. O Sr. Cláudio Ademar parabenizou a análise feita pelo Sr. Cláudio Pereira,  
80 sugeriu como encaminhamento uma reunião com a ANA com pauta sobre a inadimplência dos  
81 usuários da BHSF e sobre a modificação no contrato de gestão, para que o CBHSF seja a parte  
82 ativa do contrato, não passiva. Ele ressaltou a importância de se planejar uma estratégia com  
83 antecedência, visto que no ano de 2025 haverá a renovação do contrato. Para finalizar, ele  
84 chamou a atenção para a Campanha Vire Carranca, que deve ser um momento para o CBHSF  
85 levar pautas de interesse para os parlamentares. O Sr. Maciel Oliveira ressaltou a importância  
86 de participação de todos os comitês interestaduais, uma vez que os contratos de gestão são  
87 padronizados. Ele disse que a demanda não deve partir apenas do CBHSF, uma vez que

88 existem pautas comuns. O Sr. Marcus Polignano disse que o Vire Carranca deve ser um  
89 momento político, não apenas lúdico. O Sr. Almacks Luiz explicou como era a dinâmica do Vire  
90 Carranca na região do Submédio, onde um funcionário da APV e alguns membros do CBHSF se  
91 deslocavam para o município sede e fazia a mobilização dos órgãos e escolas. Ele disse que  
92 deve haver cuidado para o Vire Carranca não se tornar palco para agendas políticas acima da  
93 agenda do CBHSF. A Sra. Larissa Cayres chamou a atenção para as obrigações da ANA, sendo  
94 uma delas a arrecadação do recurso da cobrança e repasse para a Entidade Delegatária,  
95 ressaltando que se os índices de inadimplência estão altos, significa que a ANA não está  
96 cumprindo com sua obrigação contratual. O Sr. Marcus Polignano sugeriu que a ANA seja  
97 notificada pelo descumprimento do contrato, solicitando informações sobre as medidas que  
98 estão sendo efetivamente tomadas para a resolução do problema. O Sr. Anivaldo Miranda  
99 ressaltou que a notificação é um instrumento poderoso e que a omissão da ANA pode ser  
100 caracterizada como renúncia fiscal. A Sra. Larissa Cayres disse que os pontos que causem  
101 desconforto devem ser identificados e entendidos para alteração no próximo contrato. O Sr.  
102 Cláudio Ademar sugeriu que seja criado um GT com membros do GACG e CTIL para a  
103 identificação ponto a ponto dos itens do contrato de gestão, suas fragilidades e  
104 potencialidades, para que na reunião com a ANA os pontos sejam apresentados. Retornando à  
105 pauta dos indicadores, a Sra. Rubia Mansur explicou o indicador 4, que trata do Índice de  
106 desembolso em ações finalísticas. O Sr. Maciel Oliveira chamou a atenção para a manobra  
107 realizada para o cumprimento dessa meta e disse que o risco de não atingimento do indicador  
108 não deve ocorrer em 2024. O Sr. Marcus Polignano falou que é necessário expandir as  
109 parcerias do CBHSF e da APV com instituições técnicas, pois a extensão da bacia não permite  
110 que apenas a APV realize todas as demandas relacionadas aos projetos. O Sr. Cláudio Ademar  
111 chamou atenção para que os projetos executados pelo CBHSF recebam o devido crédito, para  
112 que políticos e instituições não acabem tomando para si, relembrando uma situação ocorrida  
113 recentemente em Correntina/BA onde um parceiro fez um discurso sem ao menos entender o  
114 contexto das atividades. Ele falou também que gosta do trabalho da APV, mas que possui  
115 críticas construtivas para que o trabalho melhore continuamente. O Sr. Elias Silva falou da  
116 importância de termos de parceria que diminuiria custos para o CBHSF e aumento  
117 considerável no valor de desembolso e qualidade de execução. O Sr. Ednaldo Campos falou da  
118 importância de se divulgar a origem dos recursos do CBHSF para evitar a desinformação. Sem  
119 mais assuntos a tratar no momento, a agenda entre DIREC e GACG foi finalizada.

120

121 **Reunião DIREC (dia 12/04 parte da tarde)**

122

123 **3. Aprovação da memória da reunião DIREC realizada em 01 e 02 de fevereiro de 2024**

124 O Sr. Maciel Oliveira dá início a reunião destacando a importância dos debates que constam na  
125 pauta e diz que as discussões que estão por vir são desafiadoras. Em seguida, a ajuda memória  
126 da reunião anterior foi colocada em tela e a Sra. Rúbia Mansur informou que foram solicitadas  
127 algumas alterações pelo Sr. Cláudio Ademar, que explicou a motivação das alterações  
128 propostas. Sem mais manifestações, a ajuda memória foi aprovada.

129

130 **4. Informes: Fórum Mundial da Água, Fundo Eletrobrás**

131 O Sr. Maciel Oliveira falou sobre a Nota da ANA acerca da possibilidade de custeio para a  
132 realização de viagens internacionais. Disse que os Comitês Federais emitiram ofício para que o  
133 assunto pudesse ser reavaliado. A Sra. Elba Alves disse que a Coordenadora Jurídica da APV,  
134 Sra. Taís Guimarães auxiliou na elaboração desse documento e que ainda não houve  
135 manifestação da ANA a respeito. O Sr. Maciel Oliveira disse que existem precedentes de  
136 custeio de viagens internacionais com recursos da cobrança e citou alguns exemplos. Sobre o  
137 fundo Eletrobrás, disse que representantes da empresa solicitaram uma reunião com a DIREC  
138 para dar alguns esclarecimentos sobre o andamento dos projetos. Sobre o pleito do CBHSF

139 para compor o comitê gestor do fundo, o Sr. José Maciel disse que a judicialização via MPF  
140 seria uma alternativa e que já iniciou tratativas com a Dra. Livia Tinoco para que ela auxilie no  
141 processo e indique a estratégia mais adequada de se chegar ao objetivo pleiteado pelo CBHSF.  
142 O Sr. Marcus Polignano informou que enviou ofício para a Sra. Mariana Silva para que ela  
143 interviesse na questão. Disse também que já convidou a Ministra para participar da reunião  
144 Plenário do Comitê em Salvador. Em seguida, o Sr. Maciel Oliveira disse que teve uma  
145 conversa com o Dep. Pedro Campos a respeito do andamento da Frente Parlamentar em  
146 Defesa do Rio São Francisco e que também está em conversas com a Casa Civil da Presidência  
147 da República para tratar de diversos assuntos, principalmente com relação a temática de  
148 barragens. O Sr. Marcus Polignano disse que a proximidade com políticos chave é importante  
149 para o Comitê. O Sr. Almacks Luiz falou sobre os problemas relacionados as obras de  
150 infraestrutura hídrica ao longo da bacia do São Francisco e o Sr. Anivaldo Miranda diz ser  
151 essencial que o CBHSF e os outros comitês façam um contraponto a essa ofensiva. Falou ainda  
152 sobre o desmonte da Política Nacional de Recursos Hídricos. Após mais alguns debates, O Sr.  
153 Cláudio Ademar atualiza a todos sobre a reunião com o MP/PE para discussão do estudo sobre  
154 o riacho Vitória. O Sr. Cláudio Ademar falou ainda que seja reiterada a Coordenação da FPI a  
155 necessidade de se convidar os Coordenadores das regionais para participação das reuniões de  
156 planejamento das operações nos estados. Ficou encaminhado que será enviado ofício para a  
157 coordenação da FPI com essa finalidade. O Sr. Anivaldo Miranda falou sobre os eventos  
158 ocorridos no estado da Bahia e questionou o fato de parte da DIREC anunciar o financiamento  
159 de uma estação de tratamento de água para o município de Érico Cardoso. Disse que o POA  
160 não havia sido levado em consideração e que não houve isonomia com relação a entrada  
161 desse projeto da forma como ocorreu. Logo após, solicitou informações sobre a visita realizada  
162 pelo Presidente e pelo Secretário do CBHSF ao município de Lençóis e sobre um termo de  
163 cooperação que resultou dessa visita. Por fim, questionou se esse termo de cooperação  
164 resultará em desembolso financeiro por parte do Comitê. O Sr. Almacks Luiz fez os devidos  
165 esclarecimentos e falou sobre a importância da atuação da Companhia Independente de  
166 Policiamento de Proteção Ambiental - CIPPA Lençóis em parte dos municípios da Bahia, muitos  
167 deles inseridos no território da bacia hidrográfica rio do São Francisco. Disse que foi solicitado  
168 a Presidência um equipamento para auxiliar na fiscalização dos municípios da bacia, porém  
169 que nada ainda havia sido formalizado por parte do CBHSF. O Sr. Ednaldo Campos diz que a  
170 atuação da Companhia é importante para a região. O Sr. Maciel Oliveira também fez alguns  
171 esclarecimentos e reafirmou que nada havia sido formalizado. Em seguida, disse que os  
172 eventos realizados na Bahia foram muito importantes e que gerou uma repercussão positiva.  
173 Disse que o município de Érico Cardoso é um grande produtor de água e que o financiamento  
174 de uma ETA seria muito importante, uma vez que se fecharia um ciclo, já que o Comitê investiu  
175 em saneamento no município. O Sr. Anivaldo Miranda disse que os investimentos do CBHSF  
176 seguem uma coerência e que os processos e seleção devem ter uma isonomia absoluta. Disse  
177 que se deve dar atenção especial aos editais e que tudo já está sendo estruturado para que se  
178 privilegie a isonomia, não podendo se direcionar os investimentos do CBHSF sem qualquer  
179 critério. O Sr. Ednaldo Campos concordou, porém, justificou a possibilidade de investimento  
180 em Érico Cardoso porque o município tem uma ETA precária e disse que com a promessa feita  
181 fica difícil de não se cumprir. Falou também que o CBHSF deve ter um protocolo de cerimonial,  
182 considerando os investimentos que são realizados e que muitas vezes os municípios se  
183 apropriam do momento para ter destaque. O Sr. Cláudio Ademar lembrou a todos que no  
184 início da gestão defendeu projetos especiais para as CCRs e propôs a existência de 5 projetos  
185 especiais, sendo um para cada região fisiográfica e um para a DIREX. Disse que seria  
186 importante que o projeto de Érico Cardos passasse pela CCR antes de ser proposto na DIREC.  
187 Também reiterou a importância do cerimonial do CBHSF, principalmente na entrega dos  
188 grandes projetos. O Sr. Marcus Polignano disse que os regimentos para concessão de  
189 financiamentos são importantes e que a CTPPP já elaborou uma minuta de edital. Disse que o

190 CBHSF não pode correr o risco da realização de “apadrinhamentos” e que o Comitê precisa ter  
191 responsabilidade republicana. Disse concordar com a proposição do Sr. Cláudio Ademar, mas  
192 que haja regramentos. O Sr. Altino Rodrigues concordou com a necessidade de um  
193 ordenamento e que a isonomia é uma premissa básica. Disse que também tem propostas de  
194 comunidades indígenas do município de São João das Missões. O Sr. Marcus Polignano sugeriu  
195 que dentre os critérios do edital estivesse vulnerabilidade social. Logo em seguida ficou  
196 definido que a Gerência de Projetos elaborará, com auxílio da CTPPP, um edital simplificado  
197 com essa finalidade para apresentação em reunião. Também ficou definido a elaboração de  
198 Resolução DIREC que conste regras de protocolo para cerimoniais do CBHSF. O Sr. Thiago  
199 Campos aproveitou a oportunidade para informar sobre a falta de interesse e a ausência de  
200 retorno dos possíveis operadores do sistema de abastecimento de água que será financiado  
201 pelo CBHSF na comunidade Resina, em Brejo Grande/SE, o que está dificultando  
202 demasiadamente a continuidade do projeto. Após algumas discussões sobre o assunto, ficou  
203 definido que deveria ser enviado um ofício para o MPF/SE com o histórico das tratativas e  
204 negativa ou ausência de resposta dos possíveis operadores do sistema. Retornando ao assunto  
205 da ETA em Érico Cardoso, o Sr. Almacks Luiz solicitou que o investimento seja realizado, uma  
206 vez que na ocasião do evento estiveram presentes quatro membros da DIREC. O Sr. Anivaldo  
207 Miranda se manifestou contrariamente a essa proposição.

208

209 **5. Apresentação da Diretora Geral APV – retorno das demandas debatidas em reunião de**  
210 **apresentação da DG para DIREC CBHSF (Protocolo, Relatório analítico POA, Pagamento**  
211 **pessoal/Infra com recursos do SF, expansão da APV, dentre outros)**

212 A Sra. Elba Alves fez sua apresentação acerca de recursos financeiros disponíveis, fonte de  
213 custeio de funcionários, carteira de programas e projetos, etc. Após sua apresentação, o Sr.  
214 Altino Rodrigues disse que os projetos devem ser necessariamente ligados aos programas dos  
215 Comitês e solicitou atenção especial aos Comitês afluentes. O Sr. Ednaldo Campos falou sobre  
216 a carga de alguns funcionários do CBHSF, pagos com fonte de investimento, e que estão  
217 atendendo a outros Comitês. Solicitou atenção a estrutura de trabalho da funcionária lotada  
218 em Bom Jesus da Lapa/BA e falou sobre a necessidade urgente de aumento do pessoal da área  
219 meio o que resultará na celeridade do andamento dos projetos. Em seguida, a Sra. Rúbia  
220 Mansur e o Sr. Thiago Campos falaram de suas respectivas equipes e atribuições. O Sr. Altino  
221 Rodrigues fez algumas ponderações e disse ser importantes a elaboração do planejamento  
222 estratégico da DIREC. A Sra. Elba Alves disse que a APV já tem um planejamento estruturado,  
223 mas que precisa de mais informações de algumas variáveis, como por exemplo, a entrada de  
224 novos Comitês, para concluir o planejamento de forma mais assertiva. O Sr. Cláudio Ademar  
225 disse que cabe ao CBHSF cobra qualidade no atendimento d APV e disse que, para ele, não  
226 importa de onde vem os recursos que pagam os diversos funcionários. O Sr. Anivaldo Miranda  
227 disse que não teve todas as respostas que esperava e que o planejamento da Agência dever  
228 ser feito por profissionais da área, uma vez que os contratos assinados são diferenciados. Após  
229 isso, o Sr. Alisson Leite fez uma apresentação sobre a implementação de um sistema de  
230 protocolos/recepção de demandas da APV/CBHSF. Falou também sobre o *status* de solicitação  
231 do SEI, com pedido de utilização feito ao TRF4. Disse ser importante a utilização da ferramenta  
232 list. O Sr. Maciel Oliveira concordou na utilização da ferramenta até a completa  
233 implementação do SEI. O Sr. Melchior Nascimento fez alguns questionamentos sobre a  
234 utilização do list e após mais algumas discussões, o primeiro dia de reunião foi encerrado. Em  
235 razão do horário avançado, a apresentação do Sr. Melchior Nascimento sobre a minuta do  
236 edital de apoio ficou para o dia seguinte.

237

238 **Dia 13/04**

239

240 **6. Inadimplência na bacia do Rio São Francisco e cadastro de usuários - ANA**

241 Com a palavra, Maciel Oliveira fez a abertura da reunião e agradeceu a presença dos  
242 representantes da ANA na reunião. Na sequência, falou da importância da articulação com  
243 atores do governo para alinhar os projetos e editais para ações conjuntas na bacia do rio São  
244 Francisco. Salientou a importância de também agregar ao debate os comitês afluentes. Falou  
245 ainda que o CBHSF está sendo convidado pela Casa Civil para a realização de um debate sobre  
246 os projetos. Disse que é necessário o levantamento do que está sendo realizado na bacia do  
247 São Francisco e que a ANA é a principal parceira do CBHSF. Na sequência, o vice-presidente do  
248 CBHSF, Sr. Marcus Polignano falou que é importante consolidar um conjunto de ações para a  
249 revitalização do São Francisco, não cabendo pulverização. Salientou que essas ações devem  
250 sair de programa de governo para o programa de Estado, considerando a sua importância  
251 social e ambiental. Disse que o desafio do CBHSF é consolidar essa ideia. Disse também que é  
252 necessário criar um painel de ações de revitalização da bacia: o quê, quem e onde está sendo  
253 realizado os projetos. Com a palavra, o Diretor da ANA, Sr. Nazareno Araújo, colocou-se à  
254 disposição para os esclarecimentos e falou sobre os recursos da Eletrobrás e da dificuldade em  
255 executar 400 milhões de reais em projetos contratados. Disse ainda que é necessário que a  
256 ANA esteja próxima ao comitê gestor da conta, Governo Federal, Casa Civil e CBHSF para  
257 apoiar o processo e garantir a chegada do recurso em ações para bacia do São Francisco e  
258 reforçou o grande desafio para a execução desses recursos (Eletrobrás + cobrança). Com a  
259 palavra, o Sr. Anivaldo Miranda contextualizou o histórico da criação do fundo da Eletrobrás e  
260 criticou que esse processo vem sendo discutido como forma de compensação ao rio devido  
261 aos impactos do setor e que vários desses programas são para favorecimento do próprio setor  
262 elétrico. Falou também sobre as resoluções da ANA que contribuíram para o avanço da  
263 execução financeira, abrindo possibilidades, mas ainda não é o suficiente para deslançar,  
264 citando por exemplo, a possibilidade de parcerias com fundações de amparo a pesquisa.  
265 Chamou atenção para a inadimplência na bacia e disse que a ANA é responsável pela resolução  
266 da situação. Disse que existe a necessidade de recadastramento dos usuários da bacia e  
267 reforçou a necessidade de flexibilização das contratações com recursos da cobrança pelas  
268 Entidades Delegatárias. Na sequência, o Sr. Humberto Gonçalves, Superintendente da ANA  
269 falou brevemente sobre os desafios da APV no exercício de 2023 e parabenizou que já há  
270 alguns anos que a Agência executa valores superiores a arrecadação anual, demonstrando a  
271 eficácia e o amadurecimento da Entidade. Falou da importância das resoluções da ANA que  
272 permitiram o enquadramento de algumas despesas nos 92,5% e que isso ajudou nessa  
273 evolução. Disse que a cobrança hoje é uma realidade e enxerga o avanço da gestão das águas  
274 nos estados brasileiros. Citou que o Comitê do Sinos, o primeiro CBH instituído no país,  
275 começou a discutir a cobrança, inclusive à revelia do órgão gestor. Falou sobre a importância  
276 do alinhamento do CBH e da ANA em relação ao comitê gestor de contas e que é necessário  
277 avançar mais nos estados. Falou também do pacto pelas águas que alguns estados assinaram  
278 com o Governo Federal e sobre a conjuntura atual do governo. Reforçou a necessidade de um  
279 grande plano de comunicação (divulgação e conscientização dos usuários) como uma das  
280 ações para a questão da inadimplência. Agradeceu e passou a palavra para o Sr. Thiago Barros,  
281 Coordenador de sustentabilidade financeira e cobrança da ANA, que apresentou dados  
282 relacionados à inadimplência na bacia hidrográfica do rio São Francisco. Disse que em 2023 foi  
283 calculada a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos para 5.890 usuários na Bacia do Rio São  
284 Francisco, correspondendo a 6.688 interferências e que o valor dos PPU's vem sendo  
285 reajustados anualmente pelo IPCA. Citou que em 2023, foram cobrados R\$ 54,4 milhões de  
286 reais, tendo sido arrecadados R\$ 42,2 milhões de reais. Informou que os valores inferiores a R\$  
287 1 mil reais não são cobrados e são acumulados para o ano seguinte. Contextualizou o processo  
288 realizado pela ANA em relação à cobrança dos inadimplentes e disse que os valores em aberto  
289 continuam sendo cobrados pela ANA. Explicou que no ano seguinte ao da geração da  
290 obrigação, o usuário é notificado (e-mail e carta com AR); e que, não havendo contestação, ou  
291 não acatado o pedido de revisão, valores acima de R\$ 20 mil são inscritos no Cadastro

292 Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal e realizada a Execução da  
293 dívida (cobrança judicial); valores entre R\$ 1 mil e 20 mil são inscritos no CADIN; e Valores  
294 abaixo de R\$ 1 mil não são ativamente cobrados, até o limite de 5 anos, para evitar prescrição  
295 da dívida. Atualmente, 7.547 usuários possuem débitos em aberto junto a ANA: Valores acima  
296 de R\$ 20 mil – 195 usuários (R\$ 38.894.082,14 – 72%); Valores entre R\$ 1 mil e 20 mil – 5.591  
297 usuários (R\$ 14.497.394,06 – 26%); Valores abaixo de R\$ 1 mil – 1.761 usuários (R\$ 624.382,76  
298 - 1,2 Inadimplência total acumulada: R\$ 54.015.858,96. Valor superior a arrecadação efetiva  
299 do ano de 2023. Disse que os maiores usuários inadimplentes são os perímetros irrigados  
300 (10,97%) e que a ANA discute a questão da inadimplência já há 2 anos. Disse ser necessário  
301 conjugar esforços com os CBHs para a definição de estratégias como: comunicação e  
302 sensibilização de usuários, racionalização dos mecanismos de cobrança e discussão de  
303 condições de uso e consequências para a inadimplência. Após a apresentação, houve debate e  
304 perguntas. Com a palavra, a Sra. Elba Alves, colocou-se à disposição para participar dessa  
305 discussão cujo objetivo é resolver a questão da inadimplência. Como encaminhamentos, ficou  
306 definido que a Diretoria do CBHSF irá articular com a Codevasf para discutir a inadimplência  
307 dos distritos de irrigação e que será criado um GT composto por representantes da ANA, APV,  
308 CBHSF e FPI para tratar das questões relacionadas a inadimplência. Também foi discutida a  
309 possibilidade da não aprovação de projetos em municípios inadimplentes, além da construção  
310 de um termo de cooperação com a ANA e os estados para trabalharem o recadastramento de  
311 usuários.

312

#### 313 **7. Plano de Integração - ANA**

314 Na sequência, a palavra é franqueada ao especialista em regulação de recursos e saneamento  
315 básico da ANA, Sr. Gaetan Serge, que cumprimenta a todos e inicia sua apresentação sobre o  
316 Plano de Integração. Contextualizou sobre a construção dos Planos de Recursos Hídricos da  
317 bacia do rio São Francisco e legislação específica. Mostrou as interfaces do PRH com os demais  
318 instrumentos de gestão e o desafio de lidar com diversos planejamentos em um mesmo  
319 território. Explicou sobre Planos em bacias compartilhadas cujas diretrizes são: instrumento  
320 comum de planejamento para toda bacia e não apenas para o “rio principal”, reconhecimento  
321 e incorporação de especificidades locais – bacias afluentes, balanço hídrico de referência  
322 para decisão de órgãos gestores – ANA e UFs e Manual Operativo do Plano - MOP único para  
323 orientar implementação das ações de curto prazo identificadas na etapa do plano de ações.  
324 Disse que o PIRH (Plano Integrado de Recursos Hídricos) é um Instrumento comum de  
325 planejamento para toda a bacia e não apenas para o “rio principal” e que é importante a  
326 garantia da participação dos CBHs afluentes e da incorporação das especificidades locais, de  
327 forma que eles os reconheçam e os aprovelem como seus planos de recursos hídricos. Disse  
328 também que o PIRH deve enxergar as especificidades locais e conter ações pactuadas para as  
329 bacias afluentes (PARHs), com os mesmos objetivos, diretrizes, estrutura programática, metas  
330 básicas e, se possível, o mesmo horizonte de planejamento do PIRH, além de MOP único para  
331 orientar a implementação das ações. Apresentou o processo participativo de elaboração e  
332 implementação do PIRH e demais processos relacionados a sua execução e explicou que o  
333 MOP possui ações “coordenadas” e roteiro para execução, de fácil compreensão  
334 e monitoramento. Citou critérios para a escolha das ações: ações definidas como  
335 de curto prazo, ações sob governabilidade do Sistema de Recursos Hídricos, ações definidas  
336 como prioritárias nas oficinas participativas, ações técnica e financeiramente exequíveis pelo  
337 Sistema de Recursos Hídricos e ações pactuadas com os executores. Mostrou o  
338 monitoramento da implementação do PIRH Doce e o papel de cada ente nessa construção: (1)  
339 aos órgãos Gestores, ED e CBHs: elaboração do diagnóstico preliminar; contratação da  
340 consolidação do diagnóstico e o restante do PIRH; gestão, acompanhamento técnico e  
341 fiscalização do contrato; articulação com os estados e o CBH e apoio à mobilização  
342 dos CBHs de rios afluentes; (2) aos estados: parceria técnica com a ANA; corresponsabilidade

343 pelo acompanhamento e fiscalização do contrato; fornecimento de dados; apoio à mobilização  
 344 dos CBHs de rios afluentes e ao CBH Federal; acompanhamento e avaliação da elaboração do  
 345 Plano (grupo técnico); apoio à mobilização dos CBHs de rios afluentes e acompanhamento,  
 346 análise e aprovação do Plano em Plenário. Após debates, o Sr. Thiago Campos, Gerente de  
 347 Projetos da APV contextualiza como se dará a atualização do PRH-SF 2016-2025. Na sequência,  
 348 Elba Alves coloca a Agência Peixe Vivo à disposição na articulação com os estados para  
 349 construção de um plano de integração. Com a palavra, Maciel Oliveira diz que a diretoria do  
 350 CBHSF tem todo interesse, mas não no momento devido ao prazo e recurso. É necessário  
 351 articulação forte para construção dessa pauta. Previsão lançamento em 2026 do termo de  
 352 referência para construção do Plano integrado. Após debates, como encaminhamentos ficou  
 353 definido que a Diretoria irá criar um protocolo de recomendações para que na atualização do  
 354 Plano já planejado, vise no futuro a integração e pautar na próxima reunião plenária do São  
 355 Francisco a temática da integração e da inadimplência.

356  
 357 **8. Apresentação sobre o projeto de reuso Mirangaba**

358 O Sr. Guilherme Guerra fez sua apresentação sobre o projeto de reuso em Mirangaba/BA e  
 359 após discussões, ficou definido que se dará continuidade ao projeto a partir da solução que  
 360 apresente o melhor custo-benefício.

361 **9. Apresentação da minuta do Edital de apoio – CTPPP (Melchior Nascimento)**

362 O Sr. Melchior Nascimento fez sua apresentação da proposta do edital que irá normatizar o  
 363 apoio do CBHSF a ações diversas. Após discussões, ficou definido que o edital deverá ser  
 364 enviado para a assessoria jurídica da APV, objetivando passar por uma análise antes de sua  
 365 efetiva publicação.

366 **10. Assuntos gerais**

367 Não houve

368 **11. Encerramento**

369 Sem mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada.

370

371

372

*Reunião realizada em Brasília/DF, 12 e 13 de março de 2024.*

373

**RESUMO DOS ENCAMINHAMENTOS**

Nº	ENCAMINHAMENTO	RESPONSÁVEL	PRAZO
01	Minutar Ofício para coordenação FPI lembrando a necessidade de envio de convite para os coordenadores das CCRs participarem de reuniões de planejamento da FPI	GI e Maciel Oliveira	Imediato
02	Cerimonial como produto no TDR de comunicação	GI	Novo edital de comunicação
03	Apresentar em reunião DIREC edital simplificado para seleção de projetos por CCR + DIREX por demandas induzidas	GP	Mai/2024
04	Apresentar em reunião minuta de RESOLUÇÃO DIREC de cerimonial para eventos de projetos financiados pelo CBH – protocolo. Vídeo institucional (sempre passar) ser um momento de divulgação do CBH - papel do	Comunicação, GI e Maciel Oliveira	Mai/2024

	parceiro		
05	Ofício CBH para o MPF sobre o projeto Resina. Histórico de tratativas / emails enviados e respostas (se houver) ou informar falta de retorno do destinatário - Procuradora Gisele que já está tratando da pauta.	GP	Imediato
06	Criar rotina /fluxo list	Alisson Leite	Imediato
07	Articulação com Codevasf sobre a inadimplência dos distritos de irrigação	DIREC	Imediato
08	Minutar ofício para as CT reforçando o fluxo correto dos encaminhamentos (Encaminhamento GACG + DIREC)	GI	Imediato
09	Minutar Resolução DIREC criando um GT composta por representantes da ANA, APV, CBHSF e FPI para tratar questões da inadimplência	DIREC	
10	Minutar Resolução DIREC com a diretriz de não aprovar projetos de municípios inadimplentes	GP	
11	Protocolo de recomendações para que na atualização do Plano já planejado, vise no futuro a integração	DIREC	
12	Encaminhar edital apoio para APV para análise necessária	DIREC	Imediato
13	Aprovação da continuidade da realização do projeto para reuso de água na localidade de Taquarandi, em Mirangaba - Bahia	DIREC	

374



**José Maciel de Oliveira**  
Presidente do CBHSF

375